

Título:

Metacognição no processo de formação cognitiva para tomada de decisão.

Autora: Louise Flor Chaves dos Santos

Resumo:

O presente estudo analisa o papel da metacognição no processo de formação cognitiva para a tomada de decisão de gestores inseridos no Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecção do Agreste Pernambucano. Em contextos organizacionais, a capacidade de refletir, monitorar e regular os próprios processos cognitivos torna-se um diferencial estratégico. O referencial teórico aborda conceitos de cognição, metacognição e tomada de decisão, destacando os componentes de conhecimento e regulação metacognitiva, bem como sua influência na autorregulação do pensamento e na qualidade das decisões. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, de caráter exploratório, realizada com gestores de empresas de pequeno e médio porte. Como instrumento, foi utilizado o Metacognitive Awareness Inventory (MAI), complementado por entrevistas estruturadas, permitindo a triangulação de dados por meio de análise estatística descritiva e análise de conteúdo. Espera-se que os resultados contribuam para compreender como a metacognição influencia a atuação gerencial, favorecendo decisões mais reflexivas, adaptativas e alinhadas às demandas de ambientes organizacionais complexos.

Palavras-chaves: Metacognição, Tomada de decisão, Gestão Organizacional, Arranjo Produtivo Local.

INTRODUÇÃO

Em um cenário empresarial caracterizado pela volatilidade, a qualidade do processo de tomada de decisão é um pilar para a eficácia organizacional e a obtenção de vantagem competitiva (Eisenhardt & Zbaracki, 1992). Nesse cenário, emerge o conceito de metacognição por Flavell (1979) — em que é caracterizada pela capacidade de monitorar, avaliar e regular os próprios processos cognitivos — como um diferencial estratégico decisivo. Dessa forma, compreende-se a metacognição como o momento da tomada de consciência dos processos e das competências necessárias para a realização das atividades de gestão de uma empresa; competências essas que, segundo Croti, Dias e Ruiz (2015), são definidas como a integração de conhecimentos (o saber), habilidades (o saber fazer) e atitudes (o saber ser), cujo desenvolvimento é potencializado pela estimulação da metacognição.

Definida inicialmente por Flavell (1979) como o conhecimento sobre a própria aprendizagem, a metacognição evoluiu para um construto que abrange a autorregulação do pensamento em ação. A relevância do construto é corroborada por estudos que revelam a metacognição como um poderoso preditor da aprendizagem, contribuindo de forma única para o desempenho, independentemente da capacidade intelectual (Veenman; Van Hout-Wolters e Afflerbach, 2006). Para gestores, isso se traduz na habilidade de questionar as próprias premissas e reconhecer erros gerenciais com mais agilidade (Fleming et al., 2012); o que se traduz na habilidade de monitorar e autorregular os próprios processos cognitivos, lhes permitindo elaborar e ajustar estratégias de forma consciente para potencializar sua atuação (Jou & Sperb, 2006). Estudos recentes reforçam que essa competência não é puramente racional, integrando também aspectos emocionais e motivacionais que influenciam a gestão de incertezas (Coutinho et al., 2019).

No contexto do APL (Arranjo Produtivo Local) de Confeção do Agreste Pernambucano, que concentra milhares de unidades produtivas (Abit, 2021) — com cerca de 20 mil unidades fabris espalhadas entre as áreas rurais e urbanas do Agreste, a capacidade dos gestores de navegar incertezas e adaptar estratégias é fundamental para a sustentabilidade dos negócios. A dinâmica de um APL, que envolve tanto competição quanto cooperação entre as empresas (Quandt, 2012), exige uma gestão que transcenda a simples reação às condições de mercado. A competitividade no arranjo não depende apenas de fatores econômicos, mas também do desenvolvimento de relações sociais

(Jacometti et al., 2016) e da capacidade de aprendizado coletivo pela interação (Quandt, 2012). Assim, compreender se e como os gestores dessa realidade utilizam a metacognição torna-se um ponto crucial para analisar as práticas de gestão existentes e seu potencial de desenvolvimento, visto que possibilita a reflexão consciente sobre suas decisões. As habilidades metacognitivas referem-se ao conhecimento procedural para a regulação das atividades de resolução de problemas e aprendizagem. As três ações centrais são planejamento, monitoramento e avaliação (Veenman; Van Hout-Wolters e Afflerbach, 2006), competências essenciais para fomentar a inovação e a competitividade em um ambiente complexo como o de um APL (Quandt, 2012; Jacometti et al., 2016).

Apesar da crescente relevância do tema, a metacognição é referida como uma estrutura nebulosa (fuzzy) na literatura (Akturk; Sahin, 2011). Consequentemente, ainda existem lacunas na compreensão de como o processo metacognitivo se desenvolve e é aplicado na formação cognitiva de gestores inseridos em contextos produtivos específicos. Tais lacunas incluem a dificuldade em delimitar as fronteiras entre os processos cognitivos e os metacognitivos (Veenman; Van Hout-Wolters e Afflerbach, 2006), e como o conhecimento (cognitivo) específico de um domínio é um pré-requisito para o desenvolvimento das habilidades metacognitivas naquela área (Veenman; Van Hout-Wolters e Afflerbach, 2006). Compreender essa dinâmica é essencial, pois líderes com alta capacidade metacognitiva tendem a promover maior resiliência organizacional e decisões mais alinhadas ao planejamento estratégico (Zhang & Zhang, 2023).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre o processo de metacognição na formação cognitiva para a tomada de decisão dos gestores do APL do Polo de Confeção do Agreste Pernambucano. A pesquisa busca, assim, contribuir tanto para o aprofundamento teórico sobre a aplicação da metacognição em ambientes organizacionais quanto para o desenvolvimento de práticas de gestão mais reflexivas e eficazes no arranjo produtivo estudado.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Cognição e Processos Cognitivos

A cognição refere-se ao conjunto de processos mentais envolvidos na forma como os indivíduos percebem, interpretam, armazenam e utilizam informações provenientes do ambiente. Esses processos permitem a construção de conhecimento e orientam o

comportamento humano diante das diferentes situações vivenciadas. Segundo Neisser, um dos principais autores da Psicologia Cognitiva, a cognição envolve “todos os processos pelos quais o input sensorial é transformado, reduzido, elaborado, armazenado, recuperado e utilizado” (Neisser, 1967, Posner; Bourke, 1992, p. 621). Nesse sentido, a cognição não se limita apenas à aquisição de informações, mas envolve também a interpretação e a organização dessas informações de forma significativa para o indivíduo.

A cognição é composta por diferentes etapas funcionais denominadas processos cognitivos. Essas etapas são mecanismos mentais responsáveis pela construção e pelo desenvolvimento do conhecimento. Entre os principais processos cognitivos destacam-se a percepção, a atenção, a memória, a linguagem, o raciocínio e a resolução de problemas, os quais atuam de maneira integrada no funcionamento mental.

De acordo com Nascimento (2009), os processos cognitivos envolvem habilidades como memorização, compreensão, reflexão, comparação, associação, classificação e interpretação, que contribuem para a formação de competências cognitivas mais complexas. Assim, esses processos não atuam de forma isolada, mas constituem um sistema integrado que possibilita aos indivíduos interpretar o mundo, elaborar hipóteses e construir novos conhecimentos.

Uma das abordagens centrais da Psicologia Cognitiva é o modelo de processamento da informação, que busca compreender como a mente humana recebe, organiza e utiliza informações. Nessa perspectiva, o funcionamento cognitivo é frequentemente comparado ao de um sistema de processamento, no qual os estímulos são recebidos, transformados e posteriormente utilizados na produção de respostas comportamentais.

Segundo Neves (2006), os estudos sobre cognição e processamento da informação permitem compreender como os indivíduos transformam informações em conhecimento, destacando a importância desses processos para atividades como leitura, aprendizagem e recuperação da informação. A autora afirma que o processamento da informação está relacionado à maneira como o sujeito organiza mentalmente os dados recebidos, possibilitando a construção de significados e a aquisição de novos conhecimentos.

Além da forma como a informação é processada, é importante considerar que os processos cognitivos também se transformam ao longo do processo de formação do ser humano. O desenvolvimento cognitivo refere-se às mudanças progressivas nos processos mentais ao longo da vida, especialmente na infância, período em que ocorrem importantes transformações na forma como os indivíduos compreendem e interagem com o mundo. Segundo Piaget (1970), o desenvolvimento ocorre por meio da interação entre o indivíduo e o

ambiente, sendo marcado por diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo que refletem formas qualitativamente distintas de pensamento.

Além disso, o desenvolvimento cognitivo está relacionado ao fortalecimento de diferentes processos mentais que possibilitam a construção de conhecimentos mais complexos. Nascimento (2009) destaca que o estímulo a processos como interpretação, reflexão, comparação e formulação de hipóteses contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades cognitivas mais elaboradas, favorecendo a formação de um pensamento crítico e autônomo.

A compreensão da cognição e dos processos cognitivos também se mostra relevante para a análise da atuação de gestores no contexto do empreendedorismo. Em ambientes organizacionais dinâmicos, como os Arranjos Produtivos Locais (APLs), os gestores precisam constantemente interpretar informações, avaliar cenários, identificar oportunidades e tomar decisões estratégicas. Nesse contexto, processos cognitivos como percepção, memória, atenção e raciocínio influenciam diretamente a forma como esses profissionais compreendem o ambiente de negócios e elaboram estratégias para lidar com desafios e oportunidades. Assim, investigar a cognição no contexto da gestão contribui para compreender como gestores de empresas inseridas em APLs organizam conhecimentos, aprendem com suas experiências e desenvolvem práticas empreendedoras que impactam o desempenho e a sustentabilidade de seus negócios.

2. Metacognição

A metacognição refere-se à capacidade do indivíduo de refletir sobre seus próprios processos cognitivos, compreendendo como pensa, aprende e resolve problemas. De modo geral, o conceito pode ser entendido como o “pensar sobre o próprio pensamento”, envolvendo tanto a consciência acerca das atividades cognitivas quanto a capacidade de monitorar e controlar essas atividades durante a realização de tarefas. Esse processo permite que o indivíduo avalie suas estratégias de aprendizagem, identifique dificuldades e adapte suas ações para alcançar melhores resultados (Flavell, 1979).

O termo metacognição foi inicialmente proposto por John H. Flavell na década de 1970, a partir de estudos voltados ao desenvolvimento cognitivo infantil. Em suas pesquisas, o autor investigou o conceito de metamemória, que corresponde ao conhecimento que os indivíduos possuem sobre seus próprios processos de memória e sobre as estratégias utilizadas para recolher informações. Esses estudos evidenciaram que, ao longo do

desenvolvimento, as pessoas passam a adquirir maior consciência sobre como aprendem e lembram conteúdos, o que influencia diretamente suas estratégias cognitivas (Flavell; Wellman, 1977). A partir dessas investigações, o conceito de metacognição foi ampliado para abranger diferentes processos cognitivos, como atenção, compreensão e resolução de problemas.

Com o avanço das pesquisas na área da psicologia cognitiva e da educação, a metacognição passou a ser reconhecida como um elemento fundamental para a aprendizagem autorregulada. Estudos posteriores ampliaram a compreensão do fenômeno e buscaram desenvolver instrumentos capazes de mensurar a consciência metacognitiva em diferentes contextos. Nesse sentido, pesquisadores como Gregory Schraw e Rayne Dennison contribuíram para a sistematização do conceito ao propor modelos que organizam a metacognição em diferentes componentes, permitindo compreender de maneira mais estruturada como esses processos se manifestam durante a aprendizagem (Schraw e Dennison, 1994).

De forma geral, a literatura aponta que a metacognição é composta por dois grandes componentes: o conhecimento metacognitivo e a regulação metacognitiva. Esses elementos representam, respectivamente, aquilo que o indivíduo sabe sobre seu próprio funcionamento cognitivo e a forma como ele monitora, controla e ajusta seus processos de pensamento durante atividades de aprendizagem. Essa divisão tem sido amplamente utilizada em estudos sobre consciência metacognitiva e aprendizagem autorregulada (Veenman, Van Hout-Wolters e Afflerbach, 2006).

Um dos aspectos centrais da abordagem de Flavell (1979) é a ideia de que o indivíduo pode planejar, monitorar e avaliar seu pensamento. Esses três processos formam a base de muitos modelos contemporâneos que integram metacognição e tomada de decisão. O primeiro componente é o planejamento metacognitivo, que ocorre antes do início do processo decisório. Nessa etapa, o indivíduo identifica o problema, define objetivos, seleciona estratégias cognitivas e prevê possíveis resultados. No contexto organizacional, um gestor pode planejar sua decisão identificando quais informações são necessárias, quais critérios serão utilizados para avaliar alternativas e quais riscos devem ser considerados. Esse planejamento permite estruturar o pensamento e reduzir decisões impulsivas ou baseadas em suas percepções superficiais.

O segundo componente é o monitoramento metacognitivo, ocorre durante o processo de análise e escolha. Nesse momento, o indivíduo acompanha seu próprio raciocínio e avalia se as estratégias cognitivas utilizadas estão produzindo resultados satisfatórios. O

monitoramento envolve perguntas sobre suas suposições, verificação se as informações são suficientes e identificação de possíveis erros de interpretação. O terceiro componente é a avaliação metacognitiva, realizada após a tomada de decisão. Nessa fase, o indivíduo reflete sobre o resultado obtido e sobre o processo utilizado para chegar à decisão. Esse processo de reflexão é fundamental para a aprendizagem, pois permite identificar quais estratégias cognitivas foram eficazes e quais precisam ser modificadas. Ao avaliar decisões passadas, o decisor desenvolve maior consciência sobre seus padrões de pensamento e consegue melhorar sua capacidade de lidar com problemas semelhantes no futuro.

Outro aspecto relevante da abordagem de Flavell é a relação entre metacognição e consciência cognitiva. Nos modelos teóricos que integram metacognição e decisão, a consciência sobre o próprio processo de pensamento permite que o indivíduo identifique limitações cognitivas, vieses e lacunas de conhecimento. Essa consciência contribui para decisões mais críticas e reflexivas, especialmente em ambientes complexos e incertos e consegue desenvolver o conhecimento metacognitivo.

2.1. Conhecimento metacognitivo

O conhecimento metacognitivo refere-se à compreensão que o indivíduo possui sobre seu próprio funcionamento cognitivo. Esse conhecimento envolve a capacidade de reconhecer como aprende, quais estratégias utiliza para compreender determinadas informações e quais fatores podem facilitar ou dificultar seu desempenho em tarefas cognitivas. Dessa forma, o indivíduo passa a desenvolver maior consciência sobre seus processos mentais, o que favorece uma participação mais ativa no processo de aprendizagem (Schraw e Dennison, 1994).

Outro aspecto importante do conhecimento metacognitivo diz respeito à consciência das estratégias cognitivas utilizadas durante o processo de aprendizagem. Essa consciência permite que o indivíduo identifique quais estratégias são mais adequadas para determinadas tarefas, bem como reconheça quando é necessário modificar ou adaptar sua forma de estudar ou resolver problemas. Assim, o conhecimento metacognitivo contribui para o desenvolvimento de habilidades de planejamento e organização do pensamento, possibilitando que o sujeito utilize seus recursos cognitivos de maneira mais eficiente (Jou e Sperb, 2006).

2.2 Regulação metacognitiva

A regulação metacognitiva refere-se aos processos de monitoramento e controle que o indivíduo exerce sobre sua própria cognição durante a realização de tarefas. Esse componente envolve ações como planejamento, acompanhamento e avaliação das estratégias utilizadas no processo de aprendizagem. Dessa forma, o sujeito não apenas possui conhecimento sobre seus processos mentais, mas também é capaz de utilizar esse conhecimento para orientar e ajustar seu comportamento cognitivo (Veenman, Van Hout-Wolters e Afflerbach, 2006).

Nesse contexto, a avaliação do processo de aprendizagem torna-se um elemento central da regulação metacognitiva, pois permite que o indivíduo analise a eficácia das estratégias utilizadas e identifique possíveis ajustes necessários. Ao refletir sobre o próprio desempenho, o sujeito desenvolve maior autonomia no processo de aprendizagem, sendo capaz de modificar suas estratégias e buscar novas formas de compreender e assimilar conteúdos (Jou e Sperb, 2006).

3. Reflexões na Tomada de Decisão

Diferentemente da cognição básica — voltada à execução de tarefas específicas — a metacognição opera em um nível superior de controle, permitindo que o sujeito reflita sobre a qualidade, os limites e a adequação de seus julgamentos. No contexto da tomada de decisão, esse processo torna-se central, pois possibilita ao indivíduo avaliar não apenas o conteúdo da decisão, mas também o modo como ela foi construída.

Do ponto de vista teórico, a tomada de decisão é compreendida como um processo cognitivo complexo, influenciado por informações disponíveis, experiências prévias, limitações cognitivas e condições contextuais (Simon, 1960; Eisenhardt e Zbaracki, 1992). Nesse cenário, a metacognição atua como um mecanismo regulador que permite ao decisor questionar premissas, reconhecer incertezas e ajustar estratégias diante de novas evidências. Gestores com maior capacidade metacognitiva tendem a apresentar maior flexibilidade cognitiva, sendo mais capazes de revisar decisões equivocadas e aprender com erros, em vez de perseverar em estratégias ineficazes (Fleming et al., 2012).

Na visão econômica tradicional, o decisor deve ser capaz de identificar todas as alternativas possíveis, avaliar todas as consequências e escolher a melhor alternativa. No entanto, Simon demonstrou que essa visão é irrealista, pois os indivíduos operam

sob restrições cognitivas, temporais e informacionais. Dessa forma, em vez de buscar a decisão que otimiza as restrições e limitações, os indivíduos frequentemente procuram soluções satisfatórias, processo denominado por Simon de “satisficing”. Esse conceito reconhece que o decisor seleciona a primeira alternativa que atende a critérios mínimos aceitáveis, ao invés de analisar exaustivamente todas as possibilidades.

Nesse contexto, a metacognição surge como um mecanismo importante para ampliar a qualidade do pensamento e minimizar os efeitos das limitações cognitivas. A metacognição pode ser entendida como a capacidade de refletir sobre o próprio pensamento, monitorando e regulando processos cognitivos durante a resolução de problemas ou tomada de decisões. Quando aplicada ao processo decisório, a metacognição permite que o indivíduo se torne mais consciente de como está processando informações, avaliando alternativas e formando julgamentos.

O funcionamento da metacognição pode ser explicado a partir do modelo de dois níveis proposto por Nelson e Narens (1996), no qual o nível objeto corresponde à execução da tarefa cognitiva — neste caso, a decisão — e o nível meta refere-se ao monitoramento e ao controle desse processo. A informação flui do nível objeto para o nível meta por meio do monitoramento, permitindo a construção de julgamentos sobre o próprio desempenho, e retorna ao nível objeto por meio do controle, orientando ajustes na ação. Esse mecanismo possibilita que o indivíduo avalie a confiabilidade de suas decisões, reconheça falhas de julgamento e incorpore feedbacks ao processo decisório subsequente. Neste sentido, o julgamento ocorre durante a tomada de decisão como um processo de autojulgamento do próprio indivíduo, quando o mesmo acompanha e regula seu próprio raciocínio, utilizando as estratégias de: Questionar continuamente as próprias suposições; Verificar se as informações são suficientes; Avaliar se existem vieses cognitivos influenciando a decisão e Comparar alternativas durante o processo. Para isso, o indivíduo faz perguntas metacognitivas, tais como: Estou considerando todas as alternativas?; Estou tomando essa decisão com base em evidências ou suposições? e Existe algum viés influenciando minha análise?

No âmbito organizacional, a metacognição assume relevância estratégica ao favorecer decisões mais conscientes em ambientes caracterizados pela incerteza e pela complexidade. Estudos indicam que gestores metacognitivamente habilidosos demonstram maior capacidade de autorregulação, aprendizagem contínua e adaptação a contextos dinâmicos (Jou e Sperb, 2006; Coutinho et al., 2019). Assim, a reflexão metacognitiva não se limita a um exercício introspectivo, mas constitui um recurso

cognitivo essencial para a formação de decisões mais alinhadas aos objetivos organizacionais e às demandas do ambiente.

4. Estratégias de Metacognição para Tomada Decisão

As estratégias metacognitivas aplicadas à tomada de decisão podem ser compreendidas como um conjunto de ações cognitivas deliberadas que permitem ao indivíduo planejar, monitorar e avaliar seus próprios processos de pensamento. De modo geral, essas estratégias organizam-se em duas dimensões complementares: a autoavaliação cognitiva e o autocontrole cognitivo, ambas fundamentais para decisões eficazes em contextos complexos.

A autoavaliação cognitiva refere-se à reflexão prévia que o indivíduo realiza antes de decidir, envolvendo o reconhecimento de seus conhecimentos disponíveis, de suas limitações cognitivas e da complexidade da situação enfrentada. Nesse estágio, o decisor avalia se dispõe de informações suficientes, identifica lacunas de conhecimento e antecipa possíveis dificuldades. Essa etapa é crucial para evitar decisões precipitadas e para orientar a busca por informações adicionais quando necessário.

O autocontrole cognitivo, por sua vez, corresponde à metacognição em ação. Envolve o planejamento da decisão, o monitoramento contínuo do raciocínio durante a execução e a avaliação dos resultados obtidos após a decisão. De acordo com Nelson e Narens (1996), é nesse momento que o nível meta intervém diretamente sobre o nível objeto, promovendo ajustes no curso da ação sempre que discrepâncias ou erros são identificados. A autorregulação permite controlar o próprio pensamento durante decisões complexas, algumas estratégias são: Controlar impulsividade na tomada de decisão; Utilizar pausas para reflexão; Buscar informações adicionais quando necessário; e, Revisar decisões antes da implementação. Gestores que utilizam essas estratégias tendem a revisar hipóteses, reconsiderar alternativas e corrigir rotas de maneira mais eficaz.

No contexto da gestão e do empreendedorismo, tais estratégias mostram-se particularmente relevantes devido à presença constante de incertezas, riscos e mudanças ambientais. A prática metacognitiva permite que o gestor interprete feedbacks do mercado, reavalie decisões estratégicas e adapte seu comportamento cognitivo diante de novos cenários. A metacognição também pode ser apoiada por ferramentas estruturadas, tais como: matrizes de decisão, análise multicritério, mapas mentais,

checklists decisórios e sistemas de Business Intelligence. Estudos indicam que indivíduos com maior consciência metacognitiva apresentam maior adaptabilidade cognitiva e maior capacidade de alinhar decisões aos objetivos organizacionais de longo prazo (Lima Filho e Bruni, 2015; Veenman et al., 2006).

Dessa forma, as estratégias metacognitivas transformam a tomada de decisão de um processo reativo em um processo reflexivo, no qual o sujeito analisa, julga e regula conscientemente seus próprios pensamentos antes de agir. No âmbito empírico, essas estratégias podem ser identificadas por meio do discurso dos gestores, de suas práticas relatadas e da forma como descrevem processos de planejamento, revisão e aprendizagem a partir das decisões tomadas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório, que tem como objetivo analisar o processo de formação cognitiva do gestor das empresas do APL (Arranjo Produtivo Local) de Confecção de Pernambuco para tomada de decisão, apoiado em sua metacognição.

A pesquisa foi realizada com três gestores, sendo estes responsáveis por empresas APL de pequeno e médio porte em Pernambuco. Os participantes serão selecionados por meio do critério de inclusão a ocupação de cargos de gestão das empresas mencionadas.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado o Metacognitive Awareness Inventory (MAI), elaborado com base no referencial teórico de Schraw e Dennison (1994). A coleta de dados ocorrerá de forma Online, em local/ambiente que assegure privacidade e conforto aos participantes.

O instrumento está estruturado em duas dimensões principais: Conhecimento sobre cognição na decisão e Regulação da cognição na decisão. Cada item deve ser respondido utilizando escala Likert de 5 pontos:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

Dimensão 1 – Conhecimento sobre Cognição na Decisão

Conhecimento Declarativo

1. Tenho consciência das estratégias que utilizo quando preciso tomar decisões importantes.
2. Conheço meus pontos fortes ao analisar informações para decidir.
3. Reconheço minhas dificuldades quando preciso tomar decisões complexas.
4. Sei que algumas decisões exigem mais reflexão do que outras.
5. Tenho consciência de como meus conhecimentos influenciam minhas decisões.

Conhecimento Procedimental

6. Sei como utilizar diferentes estratégias para analisar alternativas de decisão.
7. Sei organizar informações para facilitar a tomada de decisão.
8. Consigo comparar diferentes opções antes de escolher uma solução.
9. Sei aplicar métodos ou critérios para avaliar alternativas.
10. Sei como estruturar o processo de análise quando enfrento um problema decisório.

Conhecimento Condicional

11. Sei quando devo utilizar diferentes estratégias para tomar decisões.
12. Sei identificar quando preciso buscar mais informações antes de decidir.
13. Consigo reconhecer quando uma decisão exige análise mais detalhada.
14. Sei quando é necessário reconsiderar uma decisão inicial.
15. Sei adaptar minha forma de decidir dependendo da situação.

Dimensão 2 – Regulação da Cognição na Decisão

Planejamento Cognitivo

16. Antes de tomar uma decisão, procuro definir claramente o problema.
17. Estabeleço objetivos antes de analisar alternativas de decisão.
18. Planejo como vou analisar as informações antes de decidir.
19. Procuro identificar critérios para avaliar as opções disponíveis.
20. Penso nas possíveis consequências antes de tomar uma decisão.

Monitoramento Cognitivo

21. Durante a análise de uma decisão, verifico se estou entendendo corretamente as informações.
22. Questiono minhas próprias suposições ao avaliar alternativas.
23. Procuro perceber se estou sendo influenciado por julgamentos precipitados.
24. Reavalio as informações quando percebo inconsistências na análise.
25. Acompanho meu raciocínio enquanto analiso diferentes opções.

Avaliação Cognitiva

26. Após tomar uma decisão, reflito sobre o processo que utilizei.
27. Avalio se as estratégias que utilizei foram eficazes.
28. Analiso os resultados das minhas decisões para aprender com elas.
29. Procuro identificar erros no meu processo de decisão.
30. Utilizo experiências anteriores para melhorar decisões futuras.

Após a coleta de dados quantitativos, será realizada uma etapa qualitativa por meio de entrevistas estruturadas individuais com os mesmos participantes. Essa etapa tem como objetivo aprofundar a compreensão dos resultados obtidos a partir da aplicação do Metacognitive Awareness Inventory (MAI), possibilitando a exploração das percepções dos participantes acerca de seus próprios processos metacognitivos no contexto da tomada de decisão

As entrevistas serão conduzidas com base em um roteiro previamente elaborado, permitindo investigar de forma mais detalhada os aspectos identificados nos dados quantitativos, bem como compreender possíveis relações, interpretações e significados atribuídos pelos participantes às suas respostas.

Os dados obtidos serão analisados por meio de abordagens quantitativa e qualitativa. Inicialmente, os dados provenientes do Metacognitive Awareness Inventory (MAI) serão submetidos à análise estatística descritiva, permitindo a organização e interpretação das pontuações obtidas, bem como a identificação de padrões e tendências relacionadas aos níveis de consciência metacognitiva dos participantes.

Em seguida, os dados qualitativos serão analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que compreende três etapas: (1) pré-análise, com a organização e leitura flutuante do material; (2) exploração do material, com a codificação e categorização das unidades de sentido; e (3) tratamento dos resultados e

interpretação, permitindo a construção de inferências e a articulação com o referencial teórico da pesquisa.

A triangulação de dados será realizada por meio da articulação entre os resultados quantitativos obtidos a partir do Metacognitive Awareness Inventory (MAI) e os dados qualitativos provenientes das entrevistas. Inicialmente, serão analisadas as pontuações individuais dos participantes no instrumento quantitativo, sendo posteriormente confrontadas com os discursos produzidos nas entrevistas.

Esse processo permitirá identificar convergências, divergências e complementaridades entre os dados, possibilitando verificar em que medida as percepções dos participantes acerca de seus processos metacognitivos confirmam ou contrastam com os resultados obtidos no instrumento padronizado. Dessa forma, a triangulação contribuirá para uma compreensão mais aprofundada e integrada do papel da metacognição no processo de tomada de decisão.

A pesquisa seguirá os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o sigilo, anonimato e consentimento livre e esclarecido dos participantes.

REFERÊNCIAS

ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Perfil do Setor, 2024.

Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 18 abril 2024.

AKTURK, Ahmet Oguz; SAHIN, Ismail. Literature review on metacognition and its measurement. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, Turquia, v. 15, p. 3731-3736, 2011.

CROTI, Adriana; DIAS, Carmen Lúcia; RUIZ, Adriano Rodrigues. Gestão de competências e o aprender a aprender pela metacognição. *Colloquium Humanarum, Presidente Prudente*, v. 12, n. Especial, p. 1283-1291, 2015. DOI: 10.5747/ch.2015.v12.nesp.000750.

DE BRAUWER, J.; FLEMING, S. M. The limits of metacognitive control during perceptual decision-making. [Japão: *Front. Psychol.*], [2025].

EISENHARDT, K. M.; ZBARACKI, M. J. Strategic decision making. *Strategic Management Journal*, v. 13, n. S1, p. 17-37, 1992.

FLAVELL, J. H. Metacognition and cognitive monitoring: A new area of cognitive-developmental inquiry. *American Psychologist*, v. 34, n. 10, p. 906-911, out. 1979.

FLAVELL, J. H.; WELLMAN, H. M. Metamemory. In: KAIL, R. V., Jr.; HAGEN, J. W. (Eds.). *Perspectives on the development of memory and cognition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1977. p. 3-33.

JOU, Graciela Inchausti de; SPERB, Tania Mara. A Metacognição como Estratégia Reguladora da Aprendizagem. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 177-185, 2006.

LEBANI, M. N. et al. The neural representation of metacognition in preferential decision-making. *Fundação Nacional de Ciências Naturais da China: Wiley*, [2024].

MINTZBERG, H. *The Nature of Managerial Work*. New York: Harper & Row, 1973.

NASCIMENTO, Ruben de Oliveira. Processos cognitivos como elementos fundamentais para uma educação crítica. *Ciências & Cognição*, v. 14, n. 1, p. 265–282, 2009.

NEVES, Dulce Amélia. Ciência da informação e cognição humana: uma abordagem do processamento da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, 2006.

POSNER, Michael I.; BOURKE, Patrick. Review of *Cognitive Psychology*, by Ulric Neisser. *The American Journal of Psychology*, v. 105, n. 4, p. 621–626, 1992.

RIBEIRO, F. S.; FREITAS, P. M.; CAVALCANTI, J. L.; PIMENTEL, C. E. A short version of the Questionnaire of Metamemory in Adulthood (MIA) in Portuguese. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 29, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0043-7>

SCHRAW, G.; DENNISON, R. S. Assessing metacognitive awareness. *Contemporary Educational Psychology*, v. 19, n. 4, p. 460-475, 1994.

SIMON, H. A. *The New Science of Management Decision*. New York: Harper & Row, 1960.

VEENMAN, Marcel V. J.; VAN HOUT-WOLTERS, Bernadette H. A. M.; AFFLERBACH, Peter. Metacognition and learning: conceptual and methodological considerations. *Metacognition and Learning*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 3-14, mar. 2006.